

DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA AO AUTORITARISMO POPULISTA E NEOLIBERAL

From financial globalization to populist and neoliberal authoritarianism

Pedro Lange Netto Machado¹

Thaiane Caldas Mendonça²

¹ Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** pedrolangenm@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2457-946X>

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), São Paulo, SP, Brasil. **E-mail:** thaiane.cm@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8685-3981>

Recebido em 23 jan. 2020 | Aceito em 15 out. 2020.

RESUMO

O artigo analisa as consequências da dinâmica do capitalismo global condicionado pela financeirização de sua riqueza e pelos parâmetros do neoliberalismo. A hipótese subjacente é que os imperativos daí decorrentes colocam em xeque a sobrevivência do capitalismo democrático, o que se traduz nas repressões violentas, que se observa munda afora, por parte de governos às manifestações e demandas de seus respectivos eleitores. A metodologia consiste no estudo do caso do Brasil, respaldado por contribuições teóricas da literatura acadêmica. Espera-se, enfim, contribuir para uma maior compreensão do autoritarismo e das violações de direitos humanos que incidem sobre movimentos sociais, de modo a se encontrar alternativas para superá-las.

Palavras-chave: Capitalismo democrático; Neoliberalismo; Autoritarismo.

ABSTRACT

The article analyzes the consequences of the dynamics of global capitalism, which is conditioned by the financialization of its wealth and the parameters of neoliberalism. The working hypothesis is that the resulting imperatives menace the survival of democratic capitalism, which translates into violent repressions, which are observed worldwide, by governments to demonstrations and demands from their respective voters. The methodology draws on the case study of Brazil, supported by theoretical contributions from academic literature. Finally, we hope to contribute to a greater understanding of authoritarianism and human rights violations that affect social movements, in order to find alternatives to overcome them.

Keywords: Democratic capitalism; Neoliberalism; Authoritarianism.

INTRODUÇÃO

A dinâmica financeirizada e neoliberal que vem orientando o capitalismo global, desde o último quartel do século XX, coloca em xeque a viabilidade de sua vertente democrática. Mundo afora, protestos anti-austeridade são violentamente reprimidos por autoridades do Estado, que parecem, cada vez mais, voltadas a atender os interesses dos mercados financeiros e não mais os de suas respectivas populações. Estas, por sua vez, veem-se constrangidas a reagir de formas variadas, que contemplam desde movimentos sociais de protesto até a eleição de governos populistas, que se apresentam como anti-*establishment* e como portadores das soluções que almejam.

Tendo em vista este cenário, o presente trabalho analisa os imperativos e os desafios do capitalismo democrático regido pelos parâmetros do neoliberalismo e da financeirização. A hipótese subjacente é que a dinâmica daí decorrente compromete sobremaneira seu caráter democrático, o que se traduz em repressões violentas por parte do governo às manifestações de

seus respectivos eleitores. Com esta finalidade, a metodologia da análise consiste em observações do caso brasileiro, devidamente respaldados por reflexões teóricas.

O artigo se estrutura em quatro seções, além desta introdução. Na seção 2, são feitas considerações teóricas acerca da arquitetura da globalização financeira e dos imperativos do neoliberalismo e da financeirização que a rege. Na seção seguinte, o fracasso desta dinâmica do capitalismo global é explorado a partir de seus desdobramentos, que se refletem no cenário de desigualdade social e concentração de renda, que desponta como fértil para a ascensão de governos populistas. Sobre estas bases, a seção 4 explora as observações empíricas no caso do Brasil, de modo a corroborar o argumento proposto. A última seção conclui o artigo, refletindo sobre as perspectivas e desafios que se impõem a partir da análise realizada.

1. GLOBALIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

Desde o último quarto do século XX, mudanças estruturais na dinâmica do capitalismo global vêm impactando relações sociais e econômicas, que refletem a subversão da autonomia de governos nacionais face ao poder desfrutado por atores dos mercados globalizados. Os desafios impostos por esta realidade, que põe em xeque a viabilidade do capitalismo democrático³, têm suscitado distintos debates na literatura acadêmica, que, a despeito das variadas categorias de análise e perspectivas teóricas que utilizam, remontam, com frequência, ao conjunto de processos comumente denominados como globalização financeira. Neste contexto, a configuração do sistema financeiro global passa, em parte, a responder pela atual dinâmica socioeconômica neoliberal, que condiciona indivíduos e sociedades mundo afora, assim como pelo seu regime de acumulação marcado pela financeirização do capitalismo.

Não há consenso na academia em torno da definição destes dois conceitos. Por financeirização, pode-se, por exemplo, entender a proeminência do setor financeiro como *locus* prioritário de geração da riqueza capitalista, em detrimento do setor produtivo de economias nacionais, como observa Chesnais (1996). Em uma explicação mais abrangente, Epstein (2005, p. 3) a compreende como o "crescente papel dos motivos financeiros, dos mercados financeiros e dos atores e instituições financeiras na operação de economias tanto a nível doméstico quanto internacional⁴". Em sintonia com estas duas definições, Guttman (2008) destaca o predomínio das finanças na governança corporativa, onde a lógica do *shareholder value* promove o desacoplamento entre as taxas de juros e a de investimentos, assim como o achatamento salarial de funcionários de empresas privadas em prol dos dividendos de seus acionistas. Já Lavinias (2017)

³ Parte-se, neste trabalho, da acepção delineada por Streeck (2013), que entende o capitalismo democrático como uma formação social orientada por dois princípios inevitavelmente conflitantes de alocação de recursos: um que opera conforme as forças do mercado e outro que se baseia em demandas sociais, canalizadas por escolhas coletivas no jogo democrático. Pressupõe-se, assim, que o capitalismo pode prescindir de normas democráticas para o seu funcionamento.

⁴ Tradução do autor do original: "the increasing role of financial motives, financial markets, financial actors and financial institutions in the operation of the domestic and international economies" (Epstein, 2005, p. 3).

percebe que nem mesmo as políticas sociais, outrora providas como serviços públicos de caráter universalista, escapam hoje à lógica da financeirização.

Tal como a de financeirização, a noção de neoliberalismo, ainda que frequentemente utilizada pela literatura, permanece em aberto no debate acadêmico. Para Harvey (2005), o neoliberalismo seria, a princípio, uma teoria de política econômica voltada a assegurar a ordem necessária à liberalização das liberdades e habilidades individuais, que seriam basilares para o bem-estar da sociedade. Com esta finalidade, seu aparato institucional se fundamentaria na ação de um Estado garantidor dos direitos de propriedade privada, e do livre-mercado. Nesta discussão, outro exemplo de delimitação conceitual é proposto por Saad Filho e Morais (2018, p. 96):

O neoliberalismo é mais que uma ideologia ou um conjunto de claramente definido de políticas, tais como privatizações, liberalização financeira e das importações ou ataque coordenado ao Estado de bem-estar social. [...] Esse sistema de acumulação tem quatro características dignas de nota: a financeirização da produção, da ideologia e do Estado; a integração internacional da produção ("globalização"); um papel proeminente do capital externo na integração global da produção e na estabilização do Balanço de Pagamentos; e uma combinação de políticas macroeconômicas baseadas em políticas fiscais e monetárias contracionistas e em metas de inflação, na qual a manipulação das taxas de juros se torna a principal ferramenta de política econômica.

Dardot e Laval (2016), por sua vez, entendem o neoliberalismo nos termos de uma racionalidade, que incide sobre a esfera individual, societária e estatal e que vem reconfigurando a dinâmica capitalista desde as últimas décadas do século XX. Contrapondo-se à difundida tese da diminuição do papel do Estado na esfera econômica, os autores defendem que a ação estatal é proeminente na difusão desta racionalidade, que se fundamenta no estabelecimento da lógica concorrencial em todas as dimensões da vida social. A disciplina neoliberal permearia, assim, desde a legislação nacional, incidindo sobre a atuação da burocracia do Estado, e a governança corporativa até a autopercepção individual, de modo a estar estreitamente vinculada ao regime de acumulação capitalista predominantemente financeiro.

A operacionalização dessa realidade se deu, em parte, através da progressiva liberalização das contas de capital de economias nacionais, que remonta a decisões políticas tomadas no centro capitalista, durante as décadas de 1970 e de 1980⁵. Na esteira do colapso da ordem econômica de Bretton Woods, a opção pela ampla e irrestrita mobilidade do capital financeiro a nível global despontou como alternativa às amarras anteriormente impostas pelo regime de inspiração keynesiana⁶. Gradativamente, países periféricos, como os latino-americanos, seriam também integrados à globalização financeira, ainda que de forma assimétrica e sob as ameaças de organizações internacionais, que condicionaram o socorro financeiro a suas economias endividadas à realização das reformas estruturais que as adequassem a tal cenário. Sob a alcunha

⁵ Em especial, durante os governos de Reagan, nos Estados Unidos, e de Thatcher, no Reino Unido. A partir de então, a desregulamentação e desintermediação financeira se espalharia para as demais economias desenvolvidas.

⁶ Sobre as transições e as motivações subjacentes à transição entre essas ordens econômicas internacionais, ver Sato (2012).

de Consenso de Washington⁷, a ordem econômica internacional que se estruturou a partir de então as condenaria à permanente ameaça de uma fuga de capitais e dos efeitos deletérios daí decorrentes para suas economias, caso optassem por qualquer estratégia de desenvolvimento que transgredisse os ditames da ortodoxia neoliberal.

Isso se viabilizou mediante processos de desregulamentação financeira e da consequente interpenetração entre mercados financeiros nacionais e internacionais, que viabilizaram a conformação de mercados de capitais globalizados, a partir dos quais atores do sistema financeiro internacional passaram a colocar em xeque a autonomia de governos nacionais (Strange, 1998). Imersos voluntariamente ou não nesta realidade, governos que não obedecem às normas de governança econômica – as elencadas pelo Consenso de Washington e que são propagadas por organizações internacionais – passaram a correr o risco de enfrentar uma crise em seus Balanços de Pagamentos e de ter o acesso aos mercados de capitais bloqueados, o que comprometeria o financiamento da dívida pública de seus respectivos países. Em outras palavras, a viabilidade do capitalismo democrático, no contexto de globalização financeira, acaba por ser frequentemente desafiada, uma vez que o conflito entre a demanda de eleitores e as exigências de credores do Estado, difusos no mundo financeiro, torna-se inevitável (Rodrik, 2012; Streeck, 2018).

Tal contenda pode ser mais bem esclarecida, como destaca Streeck (2013), nos termos de uma "política da dívida pública". Historicamente, a dívida pública apareceu como subterfúgio de governos diante do declinante crescimento econômico de seus países, em especial a partir da década de 1970 – quando se encerram os "anos dourados" do capitalismo democrático. Como a crise de 2008 fez com que dívidas de países mundo afora atingissem níveis sem precedentes⁸, colocando em xeque a credibilidade de governos nacionais para honrá-las, a austeridade fiscal passou a despontar como imperativo político para tranquilizar atores do sistema financeiro globalizado, de modo a manter sua confiança. Neste contexto, credores do Estado buscam garantir que seus interesses sempre prevaleçam sobre os de seus cidadãos, o que se reflete nas "reformas estruturais" – que incidem diretamente sobre a institucionalidade estatal – que visam a sinalizar o comprometimento de seus governos nesse sentido.

A austeridade fiscal se tornou, assim, uma das marcas da dinâmica do capitalismo global financeirizado e regido por normas, pelas instituições e pela racionalidade do neoliberalismo. Como o contexto de globalização é também hostil à criação de impostos para financiar os gastos dos Estados – dada a competição que fomenta entre os mesmos – e a austeridade é ineficaz para promover a retomada do crescimento econômico (Blyth, 2017), os cortes de direitos sociais e a precarização de serviços públicos e da oferta de empregos formais, que garantem ao serviço da

⁷ Para ver as políticas tidas como consensuais para a adequação das economias emergentes à realidade da globalização financeira, ver Williamson (1993).

⁸ Isto ocorreu devido ao resgate, no contexto da crise financeira global desencadeada em 2008, do sistema financeiro privado pelo poder público, o que ilustrou de forma nítida o que é reconhecido na literatura como privatização dos lucros e socialização dos riscos.

dívida pública sua fatia do orçamento do Estado, tendem a não ter fim em qualquer horizonte. Como consequência, reações por parte das populações afetadas tornam-se inevitáveis. É sobre estes desdobramentos que as próximas seções se debruçam.

2. A ASCENSÃO DO POPULISMO

A ideologia subjacente aos processos de globalização econômico-financeira, fundamentada na teoria da eficiência dos mercados e da racionalidade dos agentes que nele operam, prometeu uma melhor alocação dos recursos financeiros a nível global e uma retomada sustentada do crescimento econômico daí decorrente. Neste processo, os países emergentes seriam os maiores beneficiários, uma vez que suas economias careceriam de capital e ofereceriam abundantes oportunidades de investimentos (Carvalho, 2004). Como já sugerido na seção anterior, tratam-se de promessas que não se concretizaram. Pelo contrário, forjou-se, a partir desta lógica, um regime de capitalismo financeirizado e neoliberal, que vem suscitando crises que hoje põem em xeque sua vertente democrática.

O pano de fundo desta realidade é a quase estagnação econômica, a crescente concentração de renda e o encolhimento das classes médias nos países onde o capitalismo democrático floresceu e que, durante o último quarto do século XX, despontaram como propagadores das normas, práticas e instituições necessárias à configuração da ordem da globalização. Nesse contexto, o progressivo desmonte do Estado de bem-estar social nessas sociedades, catalisado pelo receituário neoliberal e pelos imperativos da financeirização, potencializam os efeitos da concentração de renda nos estratos superiores de suas respectivas populações (Piketty, 2013). Estes, por sua vez, seguem defendendo as políticas neoliberais que os beneficiam, conformando uma plutocracia capaz de operar globalmente, nos mercados de capitais, e que captura o poder político em seus respectivos Estados. Como observa Milanovic (2016), nas economias ocidentais desenvolvidas, que aparecem como "perdedoras" na era da globalização⁹, a crescente concentração de renda, associada ao desmonte de redes de seguridade social e de outras políticas de bem-estar, vem distorcendo o funcionamento da democracia liberal. Um efeito inevitável, também observado pelo autor, é a ascensão de regimes populistas, que hoje parecem ameaçar a própria sobrevivência do capitalismo democrático.

Tal como o neoliberalismo e a financeirização, o populismo é um conceito ainda em aberto nos debates acadêmicos, mas que possui crescente e especial relevância diante de seu frequente uso para caracterizar governos, movimentos ou partidos políticos que vêm ganhando força no mundo ocidental. Uma possível conceituação é proposta por Mudde e Kaltwasser (2017), que o entendem nos termos de uma ideologia cujo núcleo é estreito, o que lhe permite ser conciliada com uma gama de outras ideologias, a depender do contexto histórico e socioeconômico em que ascende. Nesse sentido, nada impediria que o populismo se associe a regimes tão antagônicos

⁹ Em oposição, os países asiáticos, especialmente a China, seriam os "vencedores" da era da globalização, uma vez que para lá migraram os setores produtivos de empresas multinacionais outrora situados nas economias ocidentais.

quanto os neoliberais ou desenvolvimentistas, por exemplo. Com efeito, este já teria sido o caso de variadas experiências de governos latino-americanos categorizados como populistas¹⁰.

O núcleo da ideologia populista seria, então, composto por três conceitos-chave, a saber: o de elite, o de povo e o da vontade geral popular. A lógica subjacente à interação entre os mesmos é que há um distanciamento moral entre as elites – sejam elas econômicas, políticas, midiáticas ou de qualquer natureza – e o povo, que teria sua vontade impedida de se realizar por conta da ação corrupta das mesmas. Desse modo, a ideologia populista exploraria, como estratégia de ascensão ao poder, o conflito entre o povo, tratado propositalmente de forma homogênea, e as elites corrompidas, que agiriam em prol apenas de seus próprios interesses e em detrimento da vontade geral popular. A diferença para o fascismo, tal como analisado por Paxton (2007), residiria no imperativo populista de se legitimar por meio de processos eleitorais formais.

A referida homogeneidade, por sua vez, é viabilizada pela justaposição de movimentos heterogêneos de insatisfação da população com os canais vigentes de representação democrática, como observa Laclau (2005). Nesse sentido, distintas demandas sociais, quando não atendidas pelo governo, aglutinar-se-iam em uma única demanda social, hostil ao *establishment* e encarnada no movimento populista, que catalisaria o antagonismo entre povo e governo. Uma vez instrumentalizada eleitoralmente, o movimento populista poderia acabar por conferir a seu líder – suposto representante da vontade popular – a legitimidade necessária à realização de medidas autoritárias em seu governo.

Essas reflexões respaldam a observação de Milanovic (2016), para quem o fracasso da globalização, nas economias ocidentais, tem promovido o avanço populista em diversos países. Uma vez no poder, no entanto, tais lideranças, partidos ou movimentos seguem implementando a agenda neoliberal, o que perpetua, ao fim e ao cabo, os interesses das mesmas plutocracias concentradoras de renda que os patrocinam eleitoralmente. Estas, logicamente, não possuem qualquer apreço por políticas de bem-estar social ou por investimentos produtivos, que são menos vantajosos, do ponto de vista de sua lucratividade, no vigente regime de acumulação financeirizado. Como consequência, as insatisfações populares com a representação democrática, que levaram ao poder ou que fortaleceram tais movimentos populistas, tendem a se acirrar cada vez mais, em um ciclo vicioso. Mais do que nunca, portanto, a crise do capitalismo democrático, prenunciada por Streeck (2018), explicita-se.

Este iminente colapso, como já sugerido, operacionaliza-se hoje pelas vias institucionais de representação democrática, com a eleição de representantes que podem, intencionalmente, sabotá-las. Como demonstrado por Levitsky e Ziblatt (2018), trata-se da forma contemporânea que ameaça a sobrevivência da democracia liberal, tal como a conhecemos historicamente. Na atual dinâmica capitalista neoliberal e financeirizada, onde governos populistas tendem a

¹⁰ Exemplos de governos considerados populistas e neoliberais foram os de Collor de Melo, no Brasil e o de Fujimori, no Peru. Já o governo Vargas despontaria como um exemplo de populismo desenvolvimentista.

capitalizar politicamente a indignação e o apoio popular, seu imanente autoritarismo deve acelerar este processo de crise. Tal é o tema da próxima seção, a partir de observações empíricas que ilustram esta realidade no Brasil.

3. O BRASIL ENTRE O NEOLIBERALISMO E O POPULISMO

Em outubro de 2018, mais de 57 milhões de brasileiros elegeram Jair Bolsonaro presidente do Brasil. Naquele ano, segundo dados do Latinobarómetro (2018), apenas 9% do povo brasileiro se mostrava satisfeito com a democracia, enquanto ínfimos 7% declarava confiar no governo. Para 90% da população do país, governava-se para poucos. O mal-estar generalizado também se retratava na percepção de progresso no país, registrada por somente 6% dos brasileiros. No conjunto dos países latino-americanos pesquisados, o Brasil era o que apresentava os piores índices nesses quesitos.

Tratava-se, conforme diagnosticado pelo próprio Latinobarómetro (2018), de um terreno fértil para que aventuras populistas pudessem prosperar. É nesse contexto que Bolsonaro se apresentou como o candidato anti-*establishment*, com um discurso moralizador que buscou explorar e fomentar a aversão do povo, descrente nos canais tradicionais de representação democrática, a uma elite imersa em escândalos de corrupção – sobretudo na esteira da Operação Lava-Jato e de anos de crises política e econômica. Eleito presidente sob as cores da bandeira nacional e com o apoio explícito das forças armadas e policiais, o discurso autoritário que marcara o período eleitoral ganharia novo impulso sob Bolsonaro, associando-se à agenda de uma política econômica marcadamente neoliberal (Paula, Machado, 2020).

A resiliência do neoliberalismo no Brasil se fundamenta em três décadas de construção de uma institucionalidade que confere a seus parâmetros proeminência na gestão do Estado por governos de distintos matizes ideológicos (Paulani, 2010; Saad Filho, Moraes, 2018). É nesse sentido que a literatura observa reformas institucionais e na legislação brasileira que perpassam os governos de Collor, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro – a exemplo de variadas privatizações de empresas e reformas liberalizantes inspiradas no Consenso de Washington ao longo da década de 1990 (Collor e FHC), do estabelecimento do tripé macroeconômico e da Lei de Responsabilidade Fiscal (FHC), de reformas nas legislações previdenciária (Lula e Bolsonaro) e trabalhista (Temer) e da Emenda Constitucional 95 (Temer). Paralelamente e como consequência dessa realidade, o processo de financeirização da economia nacional e de dimensões variadas da vida social se arraigou gradativamente (Bruno *et al.*, 2011; Lavinias, 2017).

Não se pretende, neste espaço, explorar os mecanismos de causalidade que levaram setores da população a se insurgir de formas e em momentos distintos contra governos orientados – em maior ou menor grau – pelos imperativos da austeridade fiscal¹¹. Convém, no entanto,

¹¹ Deve-se notar que o segundo governo Lula e Dilma, em seu primeiro mandato, promoveram políticas econômicas que, em alguma medida, desvirtuaram dessa lógica.

ilustrar como algumas das manifestações autoritárias do Estado se relacionam a demandas populares que a contestam – e podem, em última instância, sugerir explicações para a eleição de um presidente populista, com aspirações fascistas, em 2018. Para esta finalidade, os protestos ocorridos a partir de junho de 2013, que lotaram ruas brasileiras com pautas e demandas variadas e difusas, tornam-se emblemáticos.

Conforme Gohn (2016), historicamente os protestos de rua no Brasil estavam, até então, ligados a atores específicos já conhecidos e com lideranças definidas, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Em junho de 2013, contudo, as manifestações contavam com diversos grupos distintos e foram majoritariamente convocadas através da internet - sem a necessidade, portanto, de uma centralidade da organização ou de lideranças específicas. Além disso, a violência policial na repressão aos atos, principalmente aos primeiros, ligados ao Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas do transporte público, atraiu a atenção da população, que se fez presente em grande quantidade nos outros atos convocados ao longo daquele mês, a despeito da repressão policial.

Naquele contexto, três aspectos sobressaíam: os novos atores nas ruas, as pautas levantadas e a violenta repressão policial. Sobre os atores que ocuparam as ruas em 2013, Singer (2018) sustenta a hipótese de que havia naquele momento dois grupos principais: uma classe média tradicional e o que o autor chama de “novo proletariado” ou “precariado” - “trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padeciam com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho”. Em outras palavras, uma camada da população, não necessariamente ligada a movimentos sociais, passou a ocupar a disputar o espaço das ruas.

No que se refere às pautas, nota-se que diziam respeito majoritariamente a questões do cotidiano como a mobilidade urbana, melhores condições de saúde, educação e salários – fatores negligenciados no contexto do capitalismo financeirizado e neoliberal. Como indica Singer (2018), a depredação de diversos prédios públicos pareceu ser expressão de um clima de repúdio aos políticos em conjunto, tal como o populismo compreendido por Laclau (2005), o que se refletiu nas diferentes ideologias e bandeiras levantadas em 2013 e que continuaram ocupando as ruas nos anos seguintes.

Nesse sentido, a prática autonomista e descentralizada do MPL, nas primeiras manifestações, teria servido para inspirar a direita e o centro a expressar uma insatisfação difusa com a situação do país, que resultou em pautas de oposição ao governo em todos os níveis. É nesse contexto que ganha proeminência a bandeira anticorrupção, mais associada a grupos de direita, mas que foi também utilizada pelo centro juntamente com as bandeiras mais à esquerda que pediam saúde, educação e segurança “padrão FIFA” – em alusão à Copa do Mundo de 2014, cuja realização no país também era foco de insatisfações, decorrentes do contraste entre o padrão de qualidade exigido pela entidade máxima do futebol com o dos serviços públicos no país.

Os ânimos colocados nas ruas em 2013 persistiram, ainda que em menor quantidade, ao longo do ano de 2014. Gohn (2016) observa que, durante o período eleitoral, houve grande movimentação nas redes sociais destes novos atores que resultariam na reeleição de Dilma Rousseff com pouca diferença para o seu maior adversário, Aécio Neves (PSDB), mostrando uma população polarizada. Em março de 2015, as ruas novamente foram ocupadas, mas com características bastante distintas do que havia ocorrido dois anos antes. As principais bandeiras que orientavam os manifestantes, trajados de verde e amarelo, eram o pedido de *impeachment* da presidente Dilma, o apoio a operações como a Lava-Jato e o discurso anticorrupção e contra o PT. Este, por sua vez, contava com o tímido apoio do que restava da base popular da presidente, traída pela guinada neoliberal na política econômica de seu segundo mandato.

A repressão policial, contudo, foi diferente para os grupos que disputavam o espaço das ruas. Principalmente nas manifestações ligadas ao MPL, com suas reivindicações anticapitalistas, foi notável a repressão policial e, no limite, a criminalização dos manifestantes principalmente sob a justificativa de alguns grupos se utilizarem de táticas *black bloc*. Em razão das experiências a partir de 2013, este esforço de criminalização e repressão podem ser exemplificados pela criação do Batalhão de Ações Especiais de Polícia (BAEP) da polícia militar de São Paulo com o objetivo de ser uma força “antiterrorismo” e de manutenção da ordem pública em 2014 – no governo de Geraldo Alckmin do PSDB – e a Lei Antiterrorismo brasileira sancionada em 2016 – ainda pela presidente Dilma Rousseff. Tais ações evidenciavam a erosão da cidadania e do exercício da liberdade política e do agir público, com a criminalização e repressão de manifestações populares tanto por meio da violência policial quanto da edição de legislação voltada a esta finalidade (OLIVA, 2018). Na encruzilhada da repressão estatal com as crises política e socioeconômica, o cenário para as eleições subsequentes se tornaria crítico, como retratado na abertura desta seção.

Naturalmente, não é um intuito desta narrativa atribuir todas as fontes de insatisfação popular à gestão neoliberal do Estado, uma vez que as mazelas socioeconômicas brasileiras possuem notórias raízes históricas que remontam aos séculos de sua própria construção. Entretanto, é inegável que a integração do país ao regime de acumulação capitalista financeirizado e neoliberal em nada contribuiu para mitigá-las. Pelo contrário, a percepção da população de abandono pelo poder público e a reação autoritária deste para com suas demandas – como ilustrado pelos exemplos aqui discutidos – permitiu à estratégia populista ser bem-sucedida nas eleições de 2018. Com Bolsonaro, no entanto, a agenda neoliberal se radicalizaria ainda mais, beneficiando-se do autoritarismo que desponta como elo comum do neoliberalismo e do populismo.

CONCLUSÃO

A dinâmica financeirizada e neoliberal que rege o capitalismo global coloca hoje em xeque a sobrevivência de sua vertente democrática. Estes imperativos fazem com que o aparato estatal se volte, com o aval de governos democraticamente eleitos, contra suas próprias populações, de modo a reprimir violentamente suas manifestações em prol de seus próprios direitos. Nesse

sentido, este artigo demonstrou a plausibilidade desta hipótese a partir de observações empíricas ocorridas no caso do Brasil.

Na seção 2, a discussão teórica em torno dos parâmetros do neoliberalismo e da financeirização, que regem o regime de acumulação capitalista no contexto de globalização financeira, lançou as bases para a análise, na seção seguinte, das consequências do fracasso dessa realidade em promover o crescimento econômico no mundo ocidental e o bem-estar de suas populações. Na seção 4, tais desdobramentos foram ilustrados de forma mais tangível, ilustrando o argumento proposto.

Destas observações e das limitações da análise aqui apresentada emergem outras possibilidades de pesquisa, que suscitam novas reflexões acerca das perspectivas e dos desafios que se impõem à sobrevivência do capitalismo democrático. Em primeiro lugar, trabalhos que contemplem de forma mais aprofundada as possibilidades de mobilização popular em um contexto hostil aos mecanismos que historicamente as viabilizaram se mostram prementes. Como demonstra a experiência histórica das conquistas sociais de populações mundo afora, os direitos sociais são alcançados apenas a partir de lutas coletivas, que demandam a organização e pressão por parte de trabalhadores sobre seus respectivos governantes.

Em segundo lugar, torna-se notório que conceitos como neoliberalismo, populismo e financeirização demandam também maior compreensão e esclarecimento, para que as referidas mobilizações que os defrontam possam alcançar maior eficácia. Finalmente, um estudo mais variado e aprofundado de casos pode ser elucidativo nesse sentido. Espera-se, em todo caso, ter-se contribuído com uma melhor compreensão da atual dinâmica do capitalismo global e de seus desdobramentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Blyth, M. (2017). *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. Autonomia Literária.
- Bruno, M. et al. (2011). 'Finance-led growth regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas'. *Revista de Economia Política*, 31(5), pp. 730-750.
- Carvalho, F. C. (2004). 'Mudanças no papel e nas estratégias do FMI e perspectivas para países emergentes', in: F. Ferrari Filho; L. F. de Paula (eds.). *Globalização financeira: ensaios de macroeconomia aberta*. Editora Vozes.
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. Xamã Editora.
- Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Epstein, G. (2005) *Financialization and the world economy*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Gohn, M. (2016) 'Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena'. *Revista Diálogo Educacional*, 16(17), pp.125-145.
- Guttmann, R. (2008) 'Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças', *Novos Estudos*, n. 82, pp. 11-33.

- Harvey, D. (2005). *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Laclau, E. (2005). *La razón populista*. Fondo de Cultura Económica.
- Latinobarómetro. (2018). Informe 2018 [online]. Disponível em <www.latinobarometro.org> [Acesso em 13 Dez. 2019].
- Lavinas, L. (2017). *The takeover of social policy by financialization: the Brazilian paradox*. New York: Palgrave Macmillan.
- Levitsky, S; Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.
- Milanovic, B. (2016) *Global inequality: a new approach for the age of globalization*. The Belknap Press of Harvard University Press.
- Mudde, C.; Kaltwasser, R. (2017). *Populism: a very short introduction*. New York: Oxford University Press.
- Oliva, D. (2018). 'Violações, Repressão e Criminalização da tática black bloc'. *Geographia Opportuno Tempore*, 4(1), pp.110-132.
- Paula, L. F.; Machado, P. L. N. (2020). 'Apesar de fala nacionalista de Bolsonaro, mercado segue acima de todos', *Folha de S. Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/01/apesar-de-fala-nacionalista-de-bolsonaro-mercado-segue-acima-de-todos.shtml> [Acesso em 23 janeiro 2020].
- Paulani, L. (2010). 'Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil'. *Hegemonia às Avessas*, Boitempo, pp. 109-136.
- Paxton, R. O. (2007) *A anatomia do fascismo*. Paz e Terra.
- Piketty, T. (2013) *O capital no século XXI*. Intrínseca.
- Rodrik, D. (2012) *The globalization paradox: why global markets, states and democracy can't coexist*. New York: Oxford University Press.
- Saad Filho, A.; Morais, L. (2018) *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. Boitempo.
- Sato, E. (2012) *Economia e política das Relações Internacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Singer, A. (2018) *O lulismo em crise: um quebra-cabeças do governo Dilma (2011-2016)*. Companhia das Letras.
- Streeck, W. (2013) 'The politics of public debt: neoliberalism, capitalist development and the restructuring of the state', *MPfG Discussion Paper 13/7*.
- . (2018) *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Boitempo.
- Strange, S (1998) *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge University Press.

Williamson, J. (1993) 'Democracy and the Washington Consensus', *World Development*, 21(8), pp. 1329-1336.